

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FICIONALIDADE E DA DIMENSÃO ARGUMENTATIVA EM “DOM CASMURRO”

### CONSIDERATIONS ABOUT THE FICTION AND ARGUMENTATIVE DIMENSION IN “DOM CASMURRO”

*Cristia Rodrigues MIRANDA\**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva retórico-discursiva o discurso ficcional e argumentativo presente em “Dom Casmurro”. Para tanto, partir-se-á da hipótese que o discurso narrativo de Bentinho, personagem-narrador, sugere uma pergunta que se cristalizou na recepção e que aponta para a dúvida acerca da tese: “Capitu, traiu ou não Bentinho?”. Para análise desses efeitos nos foram úteis Mendes (2011) e (2004), sobre os estudos de ficcionalidade. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2011) e Aristóteles (2008) nos auxiliaram para analisar a dimensão argumentativa e as categorias retóricas supostamente presentes na obra. Como resultado a análise apontou para um desdobramento e um dialogismo retórico que transforma acusador em acusado, ou seja, narrador em réu e narratário em juiz. Todo esse jogo narrativo só seria possível através do contrato ficcional e da dimensão argumentativa da linguagem.

**Palavras-chave:** Contrato ficcional; Retórica; Dimensão argumentativa; Narração; Ficção.

**Abstract:** This study aims to analyze, from the rhetorical perspective discourse discursive and argumentative present in Don Casmurro. To do so, left with the hypothesis that the narrative discourse of Bento, character-narrator, suggests a question that crystallized at the reception and points to the question about thesis: “Capitu cheated or not Bento?” To analyze these effects were useful in Mendes (2011) and (2004), studies on the fictionally. Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2011) and Aristotle (2008) helped us to analyze the size argumentative and rhetorical categorical supposedly present in the work. As the result the analysis pointed to an unfolding and dialogism in rethorical that turns accuser charged, ie, narrator and narrate defendand in court. All this narrative game would only be possible through the contract ficcional and argumentative dimension language.

**Keywords:** Ficcional contract; Rhetorical; Argumentative dimension; Narrative; Ficcion.

---

\* Doutoranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos, na Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (POSLIN/FALE/UFMG). Professora Auxiliar do Centro Universitário Newton Paiva. Contato: [cristiamiranda@gmail.com](mailto:cristiamiranda@gmail.com).

## Introdução

A narrativa e o romance sempre ocuparam o lugar privilegiado da certeza do encadeamento lógico e discursivo do fato narrado, dentro dos limites impostos pela verossimilhança, conforme uma lógica interna da narrativa<sup>1</sup>. Um acontecimento discursivo não-ficcional é, com efeito, algumas das vezes, um fato narrado que apresenta uma versão verbalizada de um acontecimento marcado por encadeamento narrativo, com início meio e fim. Considera-se esse fato narrado como um recorte do real ficcional ou não-ficcional. A narrativa ficcional, por sua vez, com sua estrutura – “introdução”, “complicação”, “clímax” – “desfecho”<sup>2</sup> – apresenta o fato ficcional que, dentro da perspectiva de verossimilhança da obra, define-se pela relação do fato narrado como meramente realizável.

Não haveria, aparentemente, um lugar discursivo para a polêmica, o refutável, o plausível, ou o provável, na relação estabelecida, por exemplo, entre leitor, enredo e narrador. Nesse cenário, a tese polêmica, os juízos de valor, ou os embates acerca da verdade das proposições, contidas na razão, não teriam espaço. A “verdade”, entendida como lógica dos sentidos e do fato ficcional narrado, estaria na relação de coerência estabelecida entre os elementos que apontam para a verossimilhança interna da obra.

Nesse sentido, considerar-se-ia que o enredo conduz o leitor, através de um fio narrativo, de um lugar discursivo para outro. Ele move a teia narrativa com uma determinada certeza do fato que ora se apresenta como maior, ora menor. Mas o narrador é o principal elemento de tal “certeza” narrativa. Ele apresenta-se quer como uma figura onisciente, portadora da verdade, e, por sua vez, da razão, quer como uma figura narrativa que sabe em parte, mas que, por estar diluída no fio narrativo, tem autoridade para dizer, frente à verdade latente e reveladora do *dictum* que se apresenta como narrativa.

Se não há espaço para a dúvida, e se o fato narrado está posto, colocado em consonância com todos os elementos internos à obra, ou em consonância com elementos externos, como plenamente realizáveis, não há espaço para refutação. O discurso ficcional

---

<sup>1</sup> Sobre isto ver Charaudeau (1992) em *Les modes d'organisation dans les discours*

<sup>2</sup> Análise estrutural da Narrativa em Todorov *et al* (2011).

narrativo é por si irrefutável. Não há lugar, por assim dizer, para o embate verbal: por conseguinte, não existiria o plausível, provável? Estaria, pois, o discurso narrativo ficcional dentro das certezas axiomáticas do cálculo por demonstração?

Se essas características são atribuídas à narrativa, de modo geral, o mesmo não poderíamos afirmar, a respeito da obra ficcional de Machado de Assis - “Dom Casmurro”. Uma narrativa labiríntica, conduzida por um narrador-personagem nada confiável. Os elementos apresentados conduzem o leitor a uma narrativa, cuja dúvida da personagem, e a certeza inconsciente a respeito da traição da antagonista - personagem, esposa Capitu, contaminam o leitor, e transcende as páginas, instituindo uma interação real com o mesmo. Todavia, o que sobrevive e atravessa os séculos é a dúvida a respeito da traição de Capitu. Tal dúvida salta das páginas, e é sutilmente sugerida pelo narrador sem que, contudo, ele tivesse jamais a formulado. Há que se considerar que ela une a trama da ficção e as possibilidades de recepção (interpretação) da obra.

Conforme pressupomos, existiria uma tese colocada ao assentimento do leitor que faria pensar no romance, como um obra que desencadeia, uma “pergunta-retórica”: Capitu teria traído, ou não Bentinho? Como esquema de raciocínio vazio, de acordo com Amossy (2011), e de acordo com um *logos-argumentativo-narrativo*, supostamente contido no que conduz e é conduzido por essa pergunta, temos o evidenciamento de um raciocínio que, no mínimo, apresenta dois vieses de leitura para a tese: de assentimento à tese de que Capitu teria traído o narrador *Bentinho* e a leitura exatamente contrária, que evidencia o não assentimento à tese colocada pelo narrador.

Primeiramente, nos faz pensar no estatuto de ficcionalidade que, discursivamente, nos é apresentado através de um modo de organização textual que é também narrativo. A organização textual narrativa e sua “lógica acional” que sugere um universo narrado (CHARAUDEAU, 1992) para construir um mundo de ficção, deixaria espaço para considerarmos as possibilidades que a emoção vivenciada pelos gêneros ficcionais fabrica mundos possíveis “sócio-historicamente-válidos” tal como afirma Mendes (2004). Nesse sentido há um constante deslocamento entre as instâncias do real e ficcional, conforme vários gêneros que possibilitaria, por exemplo, uma tese polêmica contida na narrativa ficcional ser construída, refutada, ou

aceita, através dos desdobramentos da recepção dentro de determinados efeitos de sentido possíveis, para onde a narrativa aponta, conforme a lógica contida na estrutura do real, que estaria no âmbito do tratamento das emoções (MENDES 2011).

Com efeito, e considerando o que foi exposto acima, nosso objetivo, nesse trabalho, é propor uma reflexão acerca dessa “dimensão argumentativa” (AMOSSY 2011), através do que sugere seu estatuto de ficcionalidade, pela representação dos mundos nele possíveis. Nesse sentido, o seu modo de organização narrativo discursivo (CHARAUDEAU 1992) e o seu estatuto de ficcionalidade (MENDES, 2004) colocaria, como assentimento, ou não, pelo/para o leitor, a tese: “Capitu teria traído o narrador Bentinho?” conforme determinado ponto de vista possível que segue determinadas “pistas” deixadas pelo narrador. Muitas são as perspectivas de leitura crítica a respeito da obra. Então, poderíamos pressupor que determinadas pistas narrativas são, intencionalmente, ou não, deixadas pelo narrador, para construir o fio narrativo a fim de criar não o consenso, mas o conflito. Onde nos leva a concluir que essa dimensão argumentativa linguageira institui no nível interacional papéis peculiares a narrador-narratário e leitor. Tais papéis argumentativamente poderiam ser observados conforme a tríade dimensão retórica aristotélica – ethos –logos-pathos. Nesse sentido, o conflito que foi posto será analisado sob o viés da retórica aristotélica e perelmaniana, conforme as categorias retórico-discursivas.

## **1 O narrativo e a ficcionalidade em “Dom Casmurro”**

Inseridos em nosso objeto de reflexão, que se pretende analítico, podemos afirmar que o percurso narrativo/ficcional aposta no contrato estabelecido, através da ficcionalidade entre autor/narrador – *Euc/Eue* e leitor destinatário e leitor ideal - *Tud/Tui*. “Talvez a narração me desse a ilusão, e as sombras viessem perpassar ligeiras, como ao poeta, não o do trem, mas o do Fausto: Aí vindes outra vez, inquietas sombras”. (ASSIS, [1904] 2005 p.19.)

O trecho recortado advém do primeiro capítulo, no qual o narrador aponta para uma de suas motivações que teria impulsionado “à pena na mão”, nas palavras do autor. Nesse sentido, porém, numa tentativa de recorrer às suas memórias, o narrador insere o leitor em

seu contrato de ficção. Esse, por sua vez, aceita a ventura proposta de percorrer os recônditos das lembranças para recompor textualmente a memória ficcional do narrador Bentinho:

[...] Enfim, agora como outrora há aqui o mesmo contraste com a vida interior que é pacata, com a exterior que é ruidosa. Ora, como tudo cansa, esta monotonia acabou por exaurir-me também. Quis escrever um livro. Filosofia, Jurisprudência e Política acudiram-me, mas não acudiram-me as forças necessárias. [...] Foram então que os bustos pintados nas paredes entraram a falar-me e a dizer-me que, uma vez que eles não alcançavam os tempos reconstituídos pegasse da pena e recontasse alguns. Talvez a narração me desse a ilusão e viesse passar ligeira, como o do trem, não o do Fausto: aí vindes outra vez, inquietas sombras. (ASSIS [1904] 2005, Cap. I. p. 3)

Com efeito, o contrato de ficção insere o leitor na narrativa e na sua conseqüente ficcionalidade. Podemos pressupor que, através do plano narrativo, o autor/narrador Bentinho institui o enredo, através de um modo organizativo narrativo (CHARAUDEAU, 2006) que estabelece uma regulação com o leitor que aceita a verossimilhança interna da obra. A verossimilhança interna, por sua vez, considera que as pistas narrativas deixadas pelo narrador serão suficientemente necessárias para que o leitor aceite a *tese*<sup>3</sup> colocada em assentimento.

Conforme assinala Mendes (2011) outro aspecto da ficcionalidade no tratamento das emoções nas zonas fronteiriças, entre ficção e facticidade, é a questão do conflito, questão levantada por Francis Jacques em seu texto: *Consensus et Conflict: uneé reevaluation*. Nesse sentido, o conflito, a discórdia e o dissenso são também elementos desencadeadores de emoções. Em “Dom Casmurro” parece que o conflito é mesmo a maneira de gerir a emoção e, ao mesmo tempo, instaurar uma relação que nos parece retórica com os leitores. Ainda em Mendes (2011 p. 40) “como nos manejamos entre consenso e conflito? Como gerir a comunicação falha, em que há mal-entendidos em que a compreensão que temos do outro e a compreensão do que o outro tem de nós parecem ser ‘unidas’ por um abismo?”

---

<sup>3</sup> Para nós a tese de que Capitu teria traído Bentinho que evidencia o contrato ficcional estabelecida entre narrador e narratário, além de estabelecer elos de interação.

Sob essa perspectiva, o ficcional e a ficcionalidade se abrem para a polêmica, deixando lugar para que a construção do conflito e do provável suscite no público leitor a dúvida, a conformidade com a tese do fio narrativo, ou a refutação. Mendes (2011) ainda assinala que o que se pretende não é um consenso e nem a discórdia, mas a zona intermediária, em que tudo está por se estabelecer e por se negociar. Essa zona fronteira não oferece garantias ao leitor, mas, ao contrário, envolve-o em um fio narrativo sobre o qual não há garantias e nem consenso, apenas a angústia sobre a dúvida que repousa no narrador e que, no mais das vezes, contamina o leitor.

Mendes (2004) ressalta que há muitas semelhanças teóricas de definição entre os dois termos, a saber: narração e ficção. Contudo, a perspectiva semiolinguística explica que o modo narrativo de organização do discurso apresenta uma estrutura, ao mesmo tempo lógica e semantizada. Assim, o modo de organização narrativo permite evidenciar, de acordo com Charaudeau (1992), a construção de uma sucessão de ações a partir de uma lógica acional, ou lógica da narrativa e, ao mesmo tempo, uma localização representativa da narrativa que sugere o “universo narrado”, nos termos de Charaudeau (1992). Em relação entre a estreita ligação entre narração e ficção, Mendes (2004) observa que o ponto de vista do Modo de Organização Narrativo evidencia que narrar é uma experiência que se dá posterior à uma ação passada mesmo sob o estatuto da ficção. Nesse sentido a ficcionalidade seria, do ponto de vista discursivo, uma experiência da emoção que se aplica aos mundos possíveis (MENDES 2011).

Em relação à ficcionalidade e Literatura, Mendes (2004) observa que os termos são frequentemente tidos como correlatos. A ficção na literatura está relacionada a um ato discursivo narrativo, opondo-se à mentira. Ainda em Mendes (2004), temos que a ficção traria, em si, a intencionalidade de fingir pelos atos ilocucionais, presentes na relação interacional e no contrato entre os parceiros da comunicação. Sobre tal complexidade envolvendo os limites e as fronteiras entre *factum* e *fictum*, Mari (2005 p. 70):

É possível que o ofuscamento entre as fronteiras dos dois territórios (factum e fictum) não resulte apenas de buscarmos uma visão racional – sem equivalência – para os domínios, evidentemente é possível que ele resulte também da impossibilidade de barrar as

emoções no primeiro domínio e a necessidade de fazê-la emergir no segundo.

Sem deixar de considerar a complexidade que envolve a definição de ficcionalidade/factualidade, bem como as dificuldades relacionadas à delimitação e às marcas linguísticas, supostamente ausentes no discurso ficcional, nesse tipo específico de estatuto, julgamos mister explorar apenas o que as evidências contextuais, e discursivas, presentes na ficcionalidade literária de “Dom Casmurro”, nos sugere, no estabelecimento dos acordos entre os parceiros e na sua dimensão argumentativa.

Nesse sentido, também, vale ressaltar a relação ambígua e tensa, nessa articulação entre conflito e consenso, que perpassa a elaboração do objeto ficcional, o *fictum*. Em se tratando, especificamente, do nosso objeto, essa relação ofereceria também um espaço para se considerar a gestão da emoção no tratamento interno dessa relação conflito/consenso. Ainda em Mendes (2007) considera-se que no tratamento discursivo das emoções, tais aspectos consenso e conflito, concórdia e discórdia podem ser encadeadores de sentimentos específicos.

A gestão desse dialogismo interno, presente no tratamento das emoções, sob essa perspectiva do dissenso, do impasse e do embate, ela ressalta: “como gerir as emoções nesse campo minado em que a comunicação é falha, em que há mal entendidos, em que a compreensão que temos do outro e a compreensão que o outro tem de nós parece ser unidas pelo abismo?” (MENDES, 2011). Sendo a questão, de fato, complexa mas a autora pressupõe uma zona fronteira do consenso/conflito. Na obra “Dom Casmurro”, por sua vez, pode-se perceber que o consenso é percebido pelo explícito; ao menos ao que se pode ler a respeito da lógica acional da narrativa de Bentinho: de fato, sob a perspectiva do narrador-personagem, não haveria espaço para dúvidas: Capitu deveras o teria traído. Mas esse conflito, paradoxalmente, só perdura em um olhar e uma leitura mais desatenta do leitor. Conquanto, o narrador convoca o leitor para um olhar mais caridoso, para as pistas deixadas por ele, no que tange à formação do Ethos do narrador que vai se consubstanciando, através das pistas, por ele mesmo deixadas, como uma figura incrédula,

desconfiada, obsessiva e dominada pelos ciúmes. Enfim, um casmurro “em si mesmado”.

Acaso, só sessenta anos depois de publicado e muito reeditado o romance, uma professora norte americana (por ser mulher?) Por ser estrangeiro? Por ser protestante? Começou a encarar a figura do Bento Santiago com um necessário pé atrás. (SCHWARZ, 1993, p. 9).

E embora tardia, a crítica para a descoberta dessa contra-leitura, baseada na incapacidade do narrador (intencionalmente ou não) de persuadir os outros sobre a tese da traição. Ou esse conflito instaurado pela suposta tese teria sido um dos recursos de tessitura encontrados pelo narrador para confundir o leitor?

Fato é que a crítica reconhece esse conflito com a ambiguidade que lhe é devida e que, se há culpa no intento, essa deve ser dividida entre o narrador Bentinho e a personagem Capitu. Não há um só réu. Para concordar com essa proposição, retomo as palavras de Schwarz para quem:

[...] induzido a recapitular o fino leitor se lembrará prontamente as dezenas e os indícios do calculismo e da dissimulação da menina. Entretanto, considerando melhor, notará também que as indicações foram espalhadas com muita arte pelo próprio narrador. (SCHWARZ,1993 p.26).

Desse modo, a consubstanciação da narrativa, e do narrador em primeira pessoa, através do ethos, aliado ao logos narrativo-argumentativo que vai se formando, propicia a instauração do conflito e o surgimento da tese. A organização narrativa é intrincada e labiríntica mas que, talvez, dialeticamente, através da deliberação consigo mesmo<sup>4</sup> empreendida pelo narrador, permite transformar “acusador em acusado”(SCHWARZ, 1993, p. 10). Se por um lado, o

---

<sup>4</sup> Perelman elege como um dos tipos de argumentação, a deliberação consigo mesmo em que o orador parece não possuir um auditório, nem universal nem particular mas para o qual dirige o seu discurso. Nesse tipo de argumentação também há esforço por parte do orador para suscitar adesão ao auditório que, nesse caso, é o próprio orador. Para o caso específico, a escrita labiríntica de Machado-de-Assis nos permite visualizar esse tipo de aplicação do conceito perelmaniano.

tendencioso protagonismo induz o leitor a uma tomada de posição igualitária a do narrador, por outro, brincaria com o leitor: seria o leitor tão ingênuo a ponto de se deixar levar, por assim dizer, “cegamente” por esse narrador que conclui apressada e por que não afirmar, equivocadamente? Com efeito, os conflitos adjacentes à tese polêmica inerente ao narrador, ou ao enredo, vale ressaltar que também se movimentam pelas assim chamadas “categorias da emoção” (MENDES, 2011 p. 220).

### 1.1 A argumentação e seu quadro epistemológico

A argumentação, como objeto pertencente à Retórica, durante muito tempo, foi assunto de reflexão entre os antigos. Além de Aristóteles, que inaugurou os dois métodos básicos de raciocinar, que influenciaria a história do conhecimento, tais como a demonstração analítica e a argumentação dialética<sup>5</sup>, tem-se os sofistas e depois os Romanos, tais como Cícero e Quintiliano, entre outros, que dimensionaram a argumentação retórica, como instrumento de compreensão do razoável, do verossímil e do plausível. No entanto, a Arte Retórica e, além dela, os Tópicos - essas obras mesmo reunidas no conhecido *Organon* - dedicavam estudos específicos ao raciocínio de premissas, além de desenvolverem técnicas para o bem falar, para atuação cidadina dos atenienses, técnicas essas que visavam atuar naquilo que eram meramente prováveis e que, por sua vez, não poderiam ser verificadas em demonstrações, na lógica formal.

Contudo, os meios de prova, baseados nas premissas do razoável, eram objetos frequentes de impasse, entre a sua aplicabilidade e sua função ética, naquilo que se referia ao bom, ou mau uso do que se fazia dela, principalmente entre os sofistas. Doravante, embora se pôde achar o declínio da Retórica, principalmente após Platão fundar os preceitos do raciocínio dialético, ela gozou de um status e aceitação maior entre os filósofos. Depois disto, após o Iluminismo encontrar a razão no seu discurso do método, o raciocínio demonstrativo e os meios de prova lógica fundaram os métodos válidos do cientificismo e, com isso, pôde-se assistir ao declínio epistemológico da Retórica.

---

<sup>5</sup> Ver Meyer prefaciando Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Sabe-se, no entanto, que, embora o racionalismo evidente do positivismo e a era cartesiana tivesse fundado um método de raciocínio, baseado em provas no raciocínio demonstrativo, as releituras da argumentação retórica erigem, em nossa época, como um objeto complexo e instrumento de análise das manifestações dos discursos, frutos dos eventos sociais e da interação entre sociedade e indivíduo. Nesse sentido, os meios de prova, baseados no plausível e no razoável, passam a ser aqueles capazes de provocar e aumentar a adesão dos espíritos, permitindo-lhes o contato entre os espíritos (PERELMAN, 1995).

A nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) inaugura, junto com outros teóricos, como Toulmin e Meyer, o retorno da preocupação da argumentação, como teoria, para o entendimento das relações complexas de representação de mundo que se impõem, mediante às manifestações discursivas contemporâneas. Onde as certezas do cálculo não podem atuar, para explicar os fenômenos humanos, aí chegam as teorias da argumentação, destinadas a explicar a argumentação no pensamento, na língua e no discurso. A nova retórica erige-se como “a lógica dos juízos de valor” (ATIENZA p. 2003). A preocupação com a argumentação retórica ressurgiu quando o valor de verdade do cientificismo positivista dá lugar à importância da “noção de valor”<sup>6</sup>, questionando, ao mesmo tempo, fragilidades do objetivismo e do racionalismo empírico imposto pelo cartesianismo para resolver determinados problemas e elucidar certos objetos. Nesse contexto, Meyer prefaciando o Tratado da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca sentenciava:

O fim das grandes explicações monolíticas, das ideologias e, mais profundamente, da racionalidade cartesiana, estribada num tema livre e absoluto e instaurador da realidade e, mesmo de todo o real, assinala o fim de uma certa concepção de logos (MEYER, 2005 p. XX).

Chegando aos pesquisadores, como fruto de trabalhos desenvolvidos por filósofos e linguistas, as ciências da linguagem retomam a argumentação, para aplicá-la aos diferentes contextos. O estudo da argumentação, através dos meios de prova verossímeis e

---

<sup>6</sup> Ver o tópico “A noção do valor” em Gadamer (1973).

prováveis, torna-se o caminho mais curto entre as problemáticas colocadas acerca da argumentação que desnuda a compreensão, talvez, desconstrução, das manifestações discursivas contemporâneas.

Nesse sentido, Emediato (2013, p. 3-4) nos informa que o estudo da argumentação analisado à luz de três problemáticas básicas poder-se-ia ser assim classificado: “a argumentação da língua, a argumentação no discurso e a argumentação no pensamento”. O autor supracitado informa que de maneira epistemológica, essas três problemáticas se excluem mutuamente, no que concerne aos métodos, aos objetos e aos raciocínios. De todo modo, como informa Emediato (2013, p. 75) “a argumentação é um fenômeno complexo que pode fazer interagir esses diversos níveis de atividade na construção e na recepção de uma determinada mensagem”.

No entanto, a problemática do discurso parece ser a mais diversificada, por abarcar os diversos fenômenos sociais, a partir das manifestações discursivas que, por suas relações de influência, permitem a manifestação de diferentes atividades textuais relacionadas à argumentação. Também, nesse sentido, Emediato (2013) afirma que os discursos sociais e suas relações de influência, pela problemática retórica, permanecem diversificados, tanto conceitualmente, como nos seus objetos de análise. A abertura deles permite, pois, uma liberdade para instaurar objetos na/da argumentação, dentro da problemática retórica e discursiva. O século da publicidade e da propaganda necessitaria, enfim, de considerar os meios suscetíveis de prova que levasse em consideração o plausível, o razoável e o provável, na elaboração do raciocínio, do pensamento e da argumentação, para entender a lógica dos valores.

No entanto, a argumentação se manifestaria não apenas em situações em que as teses colocadas devem mobilizar o assentimento, ou não, do auditório, àquilo que se propõem. Tampouco através das estruturas de raciocínio dedutivo/indutivo, ou através de silogismos e entinemas. A importância da argumentação na/da linguagem, observada pelos estudos da enunciação, do discurso e da pragmatialética traduzir-se-ia, através do que afirma Amossy (2011, p. 3): “Todavia, mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando os modos de ver e pensar.” Os estudos do “Aparelho Formal da Enunciação” afirmam que o discurso seria “toda enunciação que supõe um locutor e um ouvinte e, no

primeiro, a intenção de influenciar o segundo” (BENVENISTE, 1991, p. 267). Nesse sentido, toda interação verbal se definiria, como um “jogo de influências múltiplas” (AMOSSY, 2011, p. 3). Para as correntes pragmáticas, nas quais, o dizer é fazer, as trocas comunicativas verbais, por sua vez, colocariam em evidência a força da fala. Ampliando o escopo de atuação e importância da argumentação retórica para as manifestações discursivas de nosso século, Amossy (2011) lembra que a aproximação entre a AD e a argumentação seria inevitável, do ponto de vista da “dimensão argumentativa”, a partir da abertura dos múltiplos objetos de análise que ela permitiria. Nesse sentido, a argumentação teria uma abrangência e uma importância, ainda maior, porque alcançaria áreas que, a priori, não teriam sido objetos de preocupação retórica. “Da conversação corrente aos textos literários, muitos são os discursos que não têm objetivos argumentativos, no sentido de que não veiculam nenhuma intenção de persuadir e não esperam fazer o alocutário aderir a uma posição claramente por estratégias programadas” (AMOSSY 2011, p. 3).

Sob essa perspectiva, todos os discursos que orientam as opiniões, os pontos de vista teriam uma dimensão argumentativa que pode, inclusive, em ações e visadas que elas desencadeiam.

Nos preceitos fundadores da análise do discurso. Na teoria de Enunciação de Benveniste, na pragmática e na semiolinguística de Charaudeau, os princípios, na relação de interação entre os sujeitos enunciadores, interlocutores são regidos pela influência e pela força e tensão que essa relação sugere (AMOSSY, 2011, p. 28).

Assim, a argumentação e a retórica, para além das forças que as tencionam e que, por séculos, a separaram, graças à problemática discursiva teve que aliar lógica à valores, persuasão e convencimento, retórica e argumentação. Nesse sentido, a argumentação não é uma atividade consciente, nem tampouco lógica. Por isso, acreditamos, assim como Galinari (2007), que a argumentação discurso não é um tipo de discurso dentre outros, nem mesmo um modo de organização que tipifica e estrutura os discursos “mas um componente maior ou menor de intensidades variadas, a curto ou longo prazo” (p. 54).

## **1.2 A dimensão argumentativa em “Dom Casmurro”**

A “voz” do narrador e o modo de organização narrativo são, seguramente, uns dos artifícios de factualidade do qual se asseguram o autor para criar alguns dos efeitos de sentido, garantidos pela narração em si. A narrativa e o narrador em “Dom Casmurro” (1889) configuram-se como um dos elementos preponderantes para a construção da trama textual. Através dela, o narrador “joga” com o leitor, e, ao mesmo tempo, estabelece, com ele, uma interação que “arma” um fio narrativo labiríntico. Para Shwarz (1991, p. 1) “O livro tem algo de armadilha com aguda lição crítica. Desde o início, há incongruências, passos obscuros, ênfases desconcertantes, que vão formando um enigma”.

O enredo se constitui, através do engendramento da tessitura da vida do narrador-personagem, desde a tenra adolescência, conflituando o desejo da mãe de que o filho pudesse entregar a vida ao celibato, com a paixão descoberta pela vizinha Capitu. Culmina com o casamento e o nascimento do filho e o suposto surgimento do envolvimento de Capitu com o amigo Escobar, e pela morte desse personagem, a que obrigou a esposa e o seu duvidoso filho a partir. Nesse sentido, a conclusão a que se chega, pela narrativa desse infortúnio desfecho, é colocada pelo narrador Bentinho, da seguinte maneira: “a namorada fiel já não esconderia dentro dela a mulher infiel que adiante o enganaria com o melhor amigo?” (ASSIS, [1904] 2005.)

Desse modo, a narrativa (e o narrador), no entendimento de Schwarz (1993), em lugar do memorialismo emocionado, dá lugar à sinuosa construção da personagem Capitu, aos olhos de um narrador nem tão confiável assim; ao lado de, também, algumas auto-justificações deliberadas a respeito de seu próprio ciúme que, ao invés de oferecer pistas, em forma de argumentos, que comprovem a tese da traição, demonstram a escrita labiríntica e intenção sinuosa do narrador. Pela análise crítica desse viés narrativo, Schwarz (1993, p.41) afirma que:

O livro assim solicita três leituras: uma romanesca, onde acompanhamos a formação e a decomposição de um amor, outra de ânimo patriarcal e policial à cata de prenúncios e indícios de adultério, dado como indubitável e a terceira efetuada a

contracorrente, cujo suspeito e cujo réu é o próprio Bento Santiago, na sua ânsia de convencer a si e ao leitor da culpa da mulher.

E é a partir desse último viés de leitura que pretendemos investir a análise. Ora, se o narrador-personagem é, ao mesmo tempo, narrador e narratário, juiz e réu (e, portanto suspeito) de seu próprio enredo que se constitui, a contracorrente do que a própria narrativa conduz, isso se explicaria, em nossa hipótese, sob uma perspectiva argumentativa. E essa terceira leitura, sob seus modos de engendramento e ocultamentos, é que garantirá as outras leituras possíveis. Nesse sentido, a argumentatividade presente em “Dom Casmurro”, para criar a hipótese do narrador, a respeito da traição da personagem Capitu, faz-nos crer, também, na sinuosidade contida na construção dessa personagem. A “figura dissimulada, seus olhos” de ressaca, que na construção narrativa provoca, ou visa provocar no leitor, uma desconfiança, também reitera o valor argumentativo da premissa maior, fio condutor narrativo: A convicção a respeito da traição de Capitu, conduzido pela segunda leitura, é tanta que levou alguns críticos a afirmarem que:

Essa Capitu é uma das mais belas e fortes criações de Machado de Assis. Ela traz o engano e a perfídia nos olhos cheios de sedução e de graça. Dissimulada por índole a insídia é nela, por assim dizer, instintiva e inconsciente [...] Capitu engana-o com o melhor amigo. A traição da mulher, torna-o cético e quase mau (PUJOL *apud* SCHWARZ, 1992, p. 3).

Passemos agora à observação dessa suposta “tese” (que se quer polêmica), no nosso entendimento, acerca da argumentatividade, presente no discurso de Bentinho. O tratado da Nova Retórica, de Perelman e Olbhechts-Tyteca (2005), traz novos elementos aos estudos retóricos. Contribui, definitivamente, para que a argumentação, bem como o campo retórico, seja reconhecida em sua discursividade, não apenas como técnica oratória (do bem falar/escrever, como concebida pelos antigos,) mas como elemento discursivo, engendrado em problemáticas também discursivas, manifesto em textos escritos. A definição de retórica considera o papel da palavra de “agir sobre o outro”. Perelman e Olbhechts-Tyteca (2005) assumem que a Nova Retórica reconhece o papel da palavra em contexto para suscitar a

adesão dos espíritos. A nova retórica é definida como as técnicas que visam aumentar ou provocar a adesão dos espíritos sobre uma tese proposta argumentação.

Conforme pressupomos, existiria uma tese colocada ao assentimento do leitor, ou pelo próprio leitor<sup>7</sup>, que faria pensar no romance como um elemento que desencadeia, antes de tudo, uma pergunta-topo: Capitu teria traído, ou não, Bentinho? Como esquema de raciocínio vazio, de acordo com Amossy (2011), e de acordo com um logos-argumentativo, supostamente contido no que conduz e é conduzido por essa pergunta, temos o evidenciamento de um raciocínio que, no mínimo, apresenta dois vieses de concordância para a tese: a de que Capitu teria traído o narrador *Bentinho* e a contra-argumentação, que evidencia o não assentimento à suposta tese colocada pelo narrador.

Em segundo, nos faz pensar no estatuto de ficcionalidade que, discursivamente, nos é apresentado e estruturado, através de um modo de organização textual que é também narrativo. Mas o que dizer de uma narrativa ficcional, cujo estatuto e cujo gênero estariam, a princípio, desprovidos das características convencionalmente atribuídas à argumentação e, por conseguinte, à retórica? Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) estende “o império retórico” a outros domínios discursivos, tais como a literatura e a filosofia. Porém, como evidencia Amossy (2011 p. 130), “ele não deixa de limitar a argumentação à tentativa de mobilizar os recursos da linguagem para suscitar a adesão dos espíritos à tese proposta.” Nesse sentido, as teorias contemporâneas da argumentação tendem a, de um lado, confirmar essa definição que os discursos têm a intenção de agir sobre o auditório, por meio do raciocínio (logos argumentativo) e a sua posição contrária que entenderia que a palavra é sempre uma resposta a ação do outro, ou à palavra do outro, nas palavras de Amossy (2011 p.131) “uma reação ao dito anterior que ela confirma, modifica ou rejeita.”

É nessa perspectiva dialógica e bakhtiniana, contudo, que poderíamos analisar o nosso objeto? Ora, ao que tudo indica, a tendência de todo discurso parece ser mesmo a de persuadir/convencer, ou mesmo a de “orientar os modos de ver dos parceiros”. Quando há,

---

<sup>7</sup> Problema que tentaremos resolver analisando as três categorias retóricas aristotélicas (ethos-logos-pathos) para a análise da obra.

explicitamente, uma tese polêmica colocada, através do logos argumentativo, ao assentimento do auditório (leitor, ouvinte especializado) e quando há explicitamente a intencionalidade argumentativa Amossy (2011) observa que essa só surge de fato quando é possível uma forma alternativa de ver as coisas.

Nesse sentido, quando há intenção, o discurso escolhe uma ou mais modalidades argumentativas uma estrutura particular que permite o bom funcionamento da estratégia de persuasão (demonstração, tese polêmica, etc.). Contudo, não estaria classificado, aí o nosso objeto de análise? A tese que coloca em assentimento ao leitor, através do contrato de ficcionalidade faz-nos admitir que há um viés narrativo pelo qual o leitor é levado, ou não, a concordar com a tese. E, muito embora a tese não tenha sido, verbalmente, expressa pelo narrador, podemos reconhecê-la, tanto nos trabalhos de crítica que ecoam e perpetuam a obra, como no senso comum. A pergunta retórica “Capitu traiu ou não Bentinho?” traduz que o conflito a se resolver na narrativa, seria a suposta traição. Decerto, o narrador não nos evidencia, mas a maneira como o texto é recebido cristaliza essa espécie de lugar da sentenciamento, do julgamento e da dúvida que transforma leitor em júri.

Mas como resolver, teoricamente, essa questão? Não há expressamente uma tese colocada em assentimento; nem ao menos, um logos argumentativo linguisticamente evidenciado através de marcas textuais e através do modo de organização. Amossy (2011) nos mostra que as coisas apresentam-se diferentemente na dimensão argumentativa, em que “a estratégia da persuasão é indireta e, muitas das vezes, não admitida.” (p. 132). E ainda ela apareceria em manifestações discursivas cujo objetivo declarado é outro que não o argumentativo. Para a autora o importante é “identificar e analisar a maneira como esses discursos destinados a, antes de tudo, informar, descrever, narrar, testemunhar, direcionam o olhar do alocutário para fazê-lo perceber as coisas de uma certa maneira.” (AMOSSY, 2011 p. 28, grifo nosso).

### **1.2.1 Ethos, Logos e Pathos no discurso narrativo-ficcional de Bentinho**

A dimensão argumentativa nos permite ampliar o escopo teórico de observação e nos apropriar dos conceitos aristotélicos, que se tornara, depois, categorias discursivas para análise das problemáticas discursivas contemporâneas. Com efeito, pode-se depreender, mesmo apontando para uma dimensão argumentativa, apenas, a existência dessas três provas retóricas – *ethos*, *logos* e *patos* em “Dom Casmurro”. Aristóteles foi quem primeiro institui “A arte retórica” como um tratado que, para muitos, possuía um valor prescritivo, porque versava sobre algumas técnicas do bem falar. Foi ele quem apontou as primeiras diretrizes para a definição de retórica: “a capacidade de descobrir o que é adequado com o fim de persuadir[...]” Aristóteles (1998, p. 48). Então, era uma arte para o desempenho oral que visava capacitar os atenienses para a atuação cidadina, sobre a melhor arte para convencer seus desempenhos orais.

Com efeito, ela proporcionou um grande desenvolvimento dos desdobramentos que a mesma sugeriu. Aristóteles, em seu *Organón*,<sup>8</sup> reúne mais que técnicas, mas estudos teóricos sobre a abrangência e a profundidade da retórica. O legado de Aristóteles, para as correntes linguísticas, sociológicas e retóricas, nas problemáticas contemporâneas, são as que se abrem frente à instituição dessas três categorias analíticas, consideradas provas discursivas. *Ethos – Logos – Pathos*. Essas três provas retóricas são consideradas dimensões e instâncias discursivas que, engendradas umas às outras, garantiriam a efeito retórico, ou seja, a persuasão. Ao instituir *Ethos*, *Logos* e *Pathos*, para discorrer sobre as técnicas discursivas, Aristóteles inaugura a *Arte Retórica*. A princípio a arte versava sobre as técnicas para construir a adesão do auditório frente a determinadas teses “polêmicas” colocadas aos atenienses. Essas teses, no mais das vezes, versavam sobre as deliberações que pudessem dar destino às decisões da maioria que, por algum tempo, foi objeto de desprestígio por, de alguma forma, estar relacionada à demagogia, às falácias sofisticadas, ao perigo da sedução e das emoções contidas na ideia que se supunha fazer dos usos da retórica.

Aristóteles, por sua vez, institui as categorias discursivas que são igualmente dimensionadas, no sentido de sua importância, no engendramento da construção argumentativa dessa dimensão retórica

---

<sup>8</sup> Conjunto das obras Aristotélicas que tratam da *Arte Poética*.

na abordagem discursiva que é proposta por Amossy (2011). Gallinari (2008) observa que, desde os primórdios, Aristóteles se preocupou substancialmente com a natureza desses elementos retóricos:

[...] as provas de persuasão [ou argumentos] oferecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador [ethos]; outras, no modo que dispõe o ouvinte [pathos] e outras, no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar [logos]. Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...]. Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados à emoção por meio do discurso, pois os juízes que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do discurso persuasivo em cada caso particular (ARISTÓTELES, 1998 p. 49-50).

Ora, enquanto mecanismo de prova, as três provas retóricas, engendradas no discurso, são igualmente importantes, conforme pressupomos, em discursos que têm visadas argumentativas, quanto aquelas que têm a dimensão argumentativa, como quer Amossy (2008). Conquanto, os estudos discursivos apropriam-se, epistemologicamente, das categorias aristotélicas, dimensionando suas aplicações e importância, conforme as abordagens, os modos, os gêneros e as intenções. Passaremos agora, a analisar cada uma delas, conforme a problemática discursiva, por nós colocadas, no intuito de provar que o objeto de nossa análise que possui, supostamente, uma dimensão argumentativa, também apresenta as dimensões retóricas, intrinsecamente engendradas em sua discursividade narrativo-ficcional.

### **1.2.1.2 Logos**

A natureza argumentativa do logos é considerada como uma prova de persuasão incluindo, conforme observa Galinari (2007, p. 67) sua demonstração verdadeira, ou aparente. Nesse sentido, e a partir daí, conforme a abordagem do mesmo autor, conseguiríamos associar o logos à dimensão linguageira do ato linguístico e paralinguístico que “tendo força retórica, salta primeiro aos olhos e ao entendimento, contando conseqüentemente com um auditório que conheça o código

utilizado, e através desse , possa conseguir uma linha autônoma de pensamento” (GALINARI, 2007, p. 67). A força argumentativa estaria contida, por exemplo, nas escolhas lexicais, na construção sintática, nos usos dos silenciamentos e ocultamentos que o discurso revela. No caso do discurso narrativo de Bentinho, poderíamos apontar que a construção da narrativa ficcional em primeira pessoa contribui, sobremaneira, para o efeito visado da narrativa que seria, tão somente, a perpetuação da dúvida. Há, pois, de se considerar que não haveria esse efeito, dentro do pacto ficcional estabelecido pelo autor, se a deixis narrativa não tivesse sido a primeira pessoa. Então, para inserir o leitor nesse pacto ficcional apontado por Mendes (2011) há que se reforçar a verossimilhança interna da obra, com o narrador Bentinho que através dessa deixis pronominal instaura outros efeitos:

O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar a velhice e a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Só me faltassem os outros vá lá; um homem consola-se, mais ou menos das pessoas que perde; mas falto eu mesmo, e esta lacuna é tudo (ASSIS [1904] 2005, p. 67, grifo meu).

Nesse trecho do segundo capítulo o narrador parece criar um contexto para justificar a existência da obra. Verifica-se que os indicadores de primeira pessoa apontam para a tentativa de construção de uma força argumentativa que se imprimirá ao viés narrativo que, por sua vez, estrutura a narrativa e garante o foco narrativo. Caso se mudasse esse foco narrativo, evidenciado pela deixis pronominal, ou seja, caso o foco narrativo fosse outro, que não aquele construído pelo narrador em primeira pessoa, o pacto ficcional com o leitor teria de ser outro. Nesse caso, a lógica acional da narrativa poderia imprimir a certeza lógica do fato narrado, muito embora os efeitos de sentido provocados pudessem ter sido outros.

Dentre tantos efeitos discursivos que se podem apontar na construção da narrativa e das escolhas feitas pelo narrador, para firmar o pacto de leitura, no evidenciamento das categorias retóricas na dimensão languageira de “Dom Casmurro”, selecionamos, também, os pressupostos e silenciamentos apontados por Galinari (2007). Consideramos serem os silenciamentos deixados, intencionalmente, ou não, pelo narrador, um ponto crucial que nos permite recuperar, com a

análise, o dialogismo interno da obra que também aponta para essa dimensão argumentativa, cujas pistas discursivas, reconhecidas no logos aparentemente demonstrativo, são os silenciamentos, os pressupostos, ou os subentendidos. Sobre isto, Schwarz afirma que:

Examinados com o recuo devido, os compassos débeis mudam de figura, para se mostrarem cruciais, como pistas, ou também como sintomas: raciocínios truncados, previsões que se diriam supérfluas, interpretações descabidas, incoerências de várias espécies, lugares-comuns anedóditos, procedimentos artísticos arbitrários, tudo adquire relevo novo, dando um depoimento inesperado sobre o narrador. (SCHWARZ, 1993, p. 93, grifo meu).

Nesse trecho, a crítica observa que determinados elementos retirados do discurso de Bentinho retomam o tom dúbio, pouco confiável e labiríntico que o mesmo impõe à narrativa. Evidencia-se, também, o engendramento das provas *logos* e *ethos* e *pathos* que se constitui ao longo da narrativa e que são, também, imprescindíveis para o efeito produzido.

### 1.2.1.3 Ethos

Em termos gerais, a definição de *ethos* erige da autoridade e do caráter do orador, bem como as estratégias discursivas escolhidas por ele, para construir essa imagem no/pelo discurso. Disso, depreende-se que o *Ethos* imbrica-se ao logos, outra prova retórica para conseguir adesão do auditório que é o *pathos*. Como apontam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) é em função do auditório que todo discurso se move. E para atingir o auditório, o orador deve adaptar o seu discurso a esse auditório. Galinari (2007) também nos ensina que o *ethos* oferece determinadas garantias simbólicas para a adesão. Nesse sentido, então, o *ethos* se relacionaria a estratégias discursivas indicadas por Charaudeau (2004) tal como a legitimidade e credibilidade.

As visadas discursivas, conforme a intencionalidade do locutor, orador, ou enunciador, apontadas por Charaudeau (2004) também nos são úteis aqui. No intuito, talvez, de “fazer-saber para fazer crer” (CHARAUDEAU, 2004), o narrador de “Dom Casmurro” elege estratégias discursivas que apontam para essa sinuosidade narrativa para gerar, ao mesmo tempo, a confiabilidade e a dúvida no

leitor, a ponto de Schwarz (1993) afirmar que o narrador Bentinho não é nada confiável.

A concepção discursiva de ethos é também em algumas perspectivas considerada quase teatral, conceituando-se como as imagens de si que o orador vai construindo e, nesse caso, jogando, na construção do seu discurso. Nessa perspectiva válida para nós os ethé, tanto de Bentinho, quanto de Escobar e Capitu, são resultantes de uma performance discursiva, ou melhor, da atuação do locutor em um cenário enunciativo, conforme o que se quer revelar ou ocultar. E essa atuação discursiva, no caso da narração de Bentinho, é que se ligará aos efeitos pretendidos e produzidos. Com efeito, o discurso de Bentinho, por vezes inspira confiança, por vezes inspira razoabilidade e prudência, por outra, não. O narrador abre o primeiro capítulo explicando ao leitor as razões pelas quais as pessoas foram levados a chamá-lo de *Casmurro*. A narrativa, com um certo sarcasmo, apresenta um diálogo com um jovem que lhe mostra versos sem que ele tenha se sensibilizado com eles, ou mesmo de ter feito esforço para se sensibilizar, ou simpatizar, com a atitude do rapaz em lhe interessar em dividir os seus versos com o narrador.

Imprime-se, com efeito, um caráter ao narrador, através do nome que rendeu o título do livro. As virtudes, importantes ao orador, então, vão se delineando, conforme a narrativa avança permitindo-lhe uma “distinção de caráter”<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, uma leitura vai se contrapondo à leitura induzida, ou não, pelo narrador, a respeito da traição. A sinuosidade da narrativa e de determinadas estratégias discursivas (logos) conforme dito acima, também revelam o caráter de Bentinho, em seu discurso de primeira pessoa que realça as características de Capitu, mas deixa resvalar a sua personalidade quase cética e esquizofrênica, típica de um irremediável Casmurro que caiu no engodo do ciúme, ou no gosto da paixão.

Agora porque é que nenhuma dessas caprichosas me fez esquecer a primeira amada do meu coração? Talvez porque nenhuma tinha os olhos de ressaca, nem os de cigana oblíqua e dissimulada. Mas não é este propriamente o resto do livro [...] Jesus, filho de Sirach, se

<sup>9</sup> Sobre o caráter do orador, ver também Eggs (1999) sobre as virtudes do orador tais como competência, razoabilidade, honestidade, deliberação, prudência, virtude, equidade, amabilidade e benevolência.

soubesse dos primeiros ciúmes, dir-me-ia, como no seu capítulo cap. IX, vers. 1: “Não tenhas ciúmes de tua mulher para que ela não se meta a enganar-te com a malícia que aprendeu de ti”(ASSIS [1904] 1998, p. 104).

#### 1.2.1.4 Pathos

Essa instância da enunciação conduz o impasse ao grande veredictum, com a sentença final entregue ao auditório que se constitui, a contrapartida, como réu. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que é em função do auditório que toda argumentação se move. Nesse sentido, ele engendra, como instância final e real de toda enunciação, o pathos, articulado às outras duas provas retóricas. Para Aristóteles (1998), o *pathos* relaciona-se ao modo como se entende, ou se conhece do ouvinte. Nesse caso, o acionamento das emoções gerencia o modo como as estratégias particulares e específicas que o orador conhece, ou dispõe, para poder “tocar”, por assim dizer, o auditório. Assim como são estudadas as virtudes que o orador deve fazer aparecer em seu discurso, atributos de seu caráter pessoal, como as virtudes, no estudo do auditório, Aristóteles também se dedica aos estudos das emoções humanas, e o conjunto de valores que são capazes de despertar o interesse, a compaixão, e em maior grau, a adesão desse mesmo auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) também se dedicam ao estudo do auditório. Eles apontam para uma distinção entre auditório particular e auditório universal, baseando-se, talvez, nas características particulares de determinados valores, atribuídos a certos auditórios, para a construção da persuasão. O estudo dos valores e da hierarquização dos valores de cada auditório particular são também incluídos no tratado, e apontam para uma provável eficácia da relação entre orador e auditório.

O pathos, como instância final de recepção, aciona essa relação - Ethos-logos-pathos - de tal modo que podemos dizer que, quanto maior for o conhecimento do orador do seu auditório (ou dos valores que ele possui) mais capaz será de construir estratégias discursivas (logos) para obter, como efeito final, a persuasão. Sobre as características do segundo livro da “Retórica”, Gallinari (2007, p. 226) afirma que “quanto maior for o conhecimento do auditório, compreendendo as características e inclinações afetivas dele, maiores serão as chances de produzir emoção-adesão”.

Mas o que dizer de um auditório, como o de “Dom Casmurro”, que está imerso em um contrato ficcional com o narrador, e para além dessa questão, consubstancia-se como um auditório heterogêneo, imprevisto, atemporal, dado o anacronismo da obra literária considerada canônica. Para resolver essa questão, talvez Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 24) nos possam ser úteis. Eles afirmam que “é muito comum que o orador tenha que persuadir um auditório heterogêneo, reunindo pessoas diferenciadas pelo caráter, vínculos ou funções. Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório.” No caso do nosso objeto, talvez o narrador Bentinho não tivesse tido a intenção de suscitar a dúvida, como efeito final persuasivo. Fato é que a pergunta-retórica apontada: “Capitu traiu, ou não Bentinho” nasce como impasse para onde a narrativa e o orador apontam. No caso em que se aceita o explícito do texto, atribuindo a culpabilidade à ré Capitu houve persuasão. Mas, caso o leitor (*pathos*) não imputa à culpa à ré, não confiando no narrador, não haveria adesão, nem tampouco persuasão? Ou, se houve, ela não conta com uma maioria. No explícito textual da obra, temos que, embora duvidoso, a certeza de Bentinho é observada no desfecho:

E bem qualquer que seja a solução, uma cousa fica, e é de suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo tão extremosos ambos e tão queridos também quis o destino que acabassem juntando e me enganando-me. A terra lhes seja leve! Vamos à história dos subúrbios (ASSIS [1904] 1995, p. 104).

Essa passagem nos evidencia que, ao menos no explícito textual, haveria a certeza do narrador quanto à culpabilidade dos réus de sua própria sentença. Nesse sentido, a pergunta “Capitu, traiu ou não Bentinho?” surge, na recepção da obra, nas leituras e legados críticos que ela suscita. Nem por isso, ela deixa de ser uma tese que, ao menos no implícito, e pelas pistas “sinuosas” deixadas pelo autor, nos permite elaborar, ou verificar na obra. A intencionalidade do autor pode ter sido capaz de gerir, tanto o dialogismo interno da obra, quanto a exploração da adesão, ou não, dessa suposta tese<sup>10</sup>. Efeito esse que

<sup>10</sup> Caberia, aqui, uma aplicação do quadro comunicacional de Charaudeau, nos estudos dos desmembramentos do autor (Euc), narrador (Eue), (Tud) leitor ideal e (Tui)

não seria possível, se o narrador fosse outro, que não Bentinho. As três leituras possíveis citadas anteriormente, sugeridas por Shuwarz (1993), em “A poesia envenenada” nos ensina que a peculiaridade da obra, talvez esteja contida nessa gestão interna das provas retóricas, já que ele, o narrador, apresenta provas –argumentos- plausíveis para a adesão a tese da culpabilidade de Capitu, e a exatamente contrária. Para tanto, ele aciona através do narrador- e da narração- provas para a construção do ethos do orador capazes de patemizar o leitor e, também, deixa pistas exatamente contrária. Como efeito patêmico, poderíamos dizer da polemização da obra, a pergunta-topo evidencia a sinuosidade e a escrita labiríntica que a narração possui e que integra em um contrato ficcional (MENDES, 2004), narrador, narração e leitor, uma vez compreendida a tríade provas retóricas- ethos logos e pathos-, e transformando esse último em júri. E é por isso que a dimensão argumentativa em “Dom Casmurro” transforma a narrativa, em um plano ficcional, em uma aposta retórica integrando a leitor como (co) partícipe.

## **2 Algumas considerações**

Como se tentou mostrar, a narrativa, através do que indica seu modo de organização narrativo (CHARAUDEAU, 1992), na construção da ficcionalidade e também dos elementos que produzem a verossimilhança interna da obra (na instância enunciativa, na dimensão linguageira, as provas retóricas ethos, logos e pathos) contribuiriam, de acordo com a nossa análise, para a construção de um discurso que parece incitar o leitor, através das “pistas”/”evidências”- textuais e discursivas-, a constatar e a aderir à tese colocada pelo narrador, ou pelo próprio discurso, ou pelos leitores.

Nesse sentido, o contrato de ficcionalidade, estabelecido entre narrador e narratário, parece oferecer a tese da culpa imputada a personagem Capitu, e por desdobramento, ao amigo Escobar. Caso essa tese seja aceita, infere-se que o leitor, além de aceitar a “ventura proposta”, deixa-se persuadir pelo discurso explícito e inebriante do narrador. Ele aceita “as pistas” ou “os argumentos” deixados durante a

---

instância real de leitor, mas isso, com certeza, apontaria para um novo trabalho, tamanho os desdobramentos que o tema suscita.

narrativa. Vale ressaltar, também, que os acordos são firmados, através do contrato ficcional.

O não assentimento à tese colocada pelo narrador poderia indicar, também, a contrapartida, a persuasão como efeito. Isso porque o narrador também dá pistas, através da construção do ethos, de seu ciúme, e ofereceria, sutilmente, uma contra-argumentação que poderia indicar o não assentimento à tese. Nesse caso, a persuasão se construiria pelo discurso, e pelo ethos do narrador, porque ele constrói um discurso de si que pode indicar que o narrador não é tão confiável assim, posto que uma de suas antivirtudes, o ciúme e a mania de perseguição podem ser notado na construção de sua personalidade. E poderia levar, a ele e ao leitor, ao engano. Essa leitura dar-se-ia pela análise da dimensão argumentativa da narrativa através ethos-logos-pathos.

Nesse sentido, cremos que, através da dimensão argumentativa e do contrato de ficcionalidade, inerentes à obra, Machado de Assis empreende uma escrita singular e uma narrativa que, mais que jogar com o leitor, instaura um novo tipo de (inter)relação discursiva, com o qual ele é (co)partícipe. Uma vez aceitando o contrato de ficção ele terá dois caminhos possíveis de leitura a percorrer na obra narrativa ficcional. Nesses dois caminhos, a tese polêmica colocada levam à persuasão, ou não, pelas pistas contraditórias.

Com efeito, a discursividade em “Dom Casmurro” apresentaria ao leitor um duplo viés de leitura, através do que pode nos mostrar a pergunta retórica, como uma espécie de topo argumentativo, que se tornou célebre: *Capitu traiu ou não Bentinho?*, tese colocada pelo auditório. Cabe ao leitor aceitar as instruções narrativas e concordar com o narrador, ou refutar indubitavelmente tal tese, crendo na falibilidade do projeto “retórico”.

O conflito proposto pela narrativa, através do seu narrador-personagem, Bentinho, sugere à recepção da obra, uma estrutura retórica da narrativa. Poder-se-ia afirmar que a pergunta-retórica: “*Capitu traiu ou não Bentinho?*” está relacionada a uma lógica retórica da narrativa, na qual pode-se perceber a presença das três categorias retóricas<sup>11</sup> e uma dimensão argumentativa imergida e proporcionada pelo “gerenciamento das emoções” (MENDES, 2004) observadas na

---

<sup>11</sup> Categorias retóricas aristotélicas Ethos- Pathos – Logos.

obra através do seu estatuto de ficcionalidade e de um modo de organização discursivo narrativo.

Creemos que o gerenciamento das emoções proporciona essa construção, por parte do leitor (pathos), de um juízo de valor acerca da personagem Capitu, mas que cria um contraponto com o narrador (ethos), a partir das pistas acerca da imagem de si que o narrador-personagem vai construindo, ao longo do texto, através do discurso narrativo (logos). Os desdobramentos da suposta existência dessas três categorias, em um texto ficcional eminentemente narrativo, sugere-nos, obviamente, que um estudo mais aprofundado a respeito do projeto retórico de Bentinho como um exemplo do desdobramento das intenções e da escrita machadiana também revelam que o quadro comunicacional aplicado ao quadro ficcional e à dimensão argumentativa da linguagem nos foram úteis para a inferência de que não há um só réu em “Dom Casmurro”, bem como não há um só juiz. Narrador e narratário se interditam nessas trocas e nesses papéis.

## Referências

AMOSSY, Ruth. *Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. EID&A. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, no. 1. p.129-144. Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/eidea/>>. Acesso em: 15 ag. 2012.

AMOSSY, Ruth. *Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do logos nas Ciências da Linguagem*. In: EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia Muniz Proença. *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel Do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Guarnier, [1904] 2005.

ATIENZA, Manuel. *As razões do direito: uma história oculta*. Teorias da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2003.

BARTHES, Roland; ECO, Humberto; TODOROV, Tzvetan. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 1973.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1974.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *O discurso epidídico: emotividade, persuasão e ação*. In: EMEDIATO, Wander e LARA, Gláucia Muniz Proença. *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Tradução de Renato de Mello. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. *Gêneros e reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Nad/Fale/ UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução de Angela M. S. Corrêa, Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2006.

CORTÊS, Norma. *Descaminhos do método: notas sobre história e tradição em Hans-George Gadamer*. Belo Horizonte: Varia história , 2006.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne. In: [Sous la direction de] AMOSSY, Ruth. *Images de soi dans le discours: la construction de l'ethos*. Genève: Delachaux et Niestlé, 1999. p. 31-59.

EMEDIATO, Wander. A Construção da opinião na Mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, Wander (Org.). *A construção da opinião na Mídia*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2013.

GALINARI, Meliandro Mendes. *A Era Vargas no pentagrama. Dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos*. 2007. 449 f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MARI, Hugo. Factum e fictum: sobre a construção de mundos possíveis. *Scripta*. Belo Horizonte, vol. 9, n 17, p 168-177, 2º sem. 2005.

MENDES, Emília. Algumas breves considerações sobre emoções, ficcionalidade, factualidade. In: LARA, Gláucia Muniz Proença *et al.* (Org.). *Análise do discurso Hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MENDES, Emília. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. 2004. 267 f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gérias, Belo Horizonte, 2004.

PERELMAN, Chaim; OBHRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCHWARZ, Roberto. A poesia envenenada. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1993.

*Recebido em 18/07/2013*

*Aceito em 20/09/2013*